

RACHIK, Hassan. 2012. *Le proche et le lointain: Un siècle d'anthropologie au Maroc*. Marseille: Éditions Parenthèses, 268 pp.

Bruno Ferraz Bartel
Doutorando do Programa de Pós-Graduação em
Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)
brunodzk@yahoo.com.br

Hassan Rachik é professor da Faculdade de Ciências Jurídicas, Econômicas e Sociais da Universidade Hassan II em Casablanca, Marrocos. É também professor visitante em universidades americanas, francesas e árabes. Iniciou, na década de 1980, suas pesquisas no campo interpretativo dos rituais de sacrifício no Marrocos e sobre as mudanças sociais ocorridas no país nas últimas décadas em áreas rurais. Recentemente, tem dedicado sua atenção para os usos ideológicos subjacentes aos processos de constituição e desenvolvimento da religião islâmica, bem como a produção de conhecimentos a partir de alteridades.

O livro de Rachik propõe uma análise de algumas produções acadêmicas sobre o Marrocos a partir de três eixos: 1) os determinantes sociológicos; 2) os determinantes teóricos e; 3) a situação etnográfica. Os três juntos tornam possível a elaboração de teorias sociológicas e antropológicas tendo como referência a experiência marroquina, além de contar com uma pequena biografia sobre os autores destacados. Sobre o primeiro, o autor indica que a produção de conhecimento seria afetada pela posição social dos intelectuais diante de uma realidade social distinta. Inspirado por Karl Manheim, o autor mostra que os efeitos das mudanças dessas posições sociais atrelados aos domínios políticos e científicos seriam postos em evidência como forma de apresentar as teses elaboradas pelos intelectuais escolhidos para compor o livro em confrontação com o contexto marroquino.

O Marrocos foi alvo de investigações inseridas no contexto colonial e pós-colonial

francês e contou com a presença atuante de diversos intelectuais ingleses. Além disso, o que se denominou por “virada hermenêutica” desenvolvida, sobretudo, pela Antropologia norte-americana, ao longo das décadas de 1970 e 1980, teve como *locus* empírico a realidade social marroquina. Alguns autores são citados por Rachik para dar conta da multiplicidade de trajetórias acadêmicas construídas a partir do Marrocos: Geoges Hardy (1884-1972), Louis Brunot (1925-1965), Robert Montagne (1893-1954) e Jacques Berque (1910-1995) foram funcionários coloniais que se enveredaram para o campo acadêmico. Edward Westermarck (1862-1939), Ernest Gellner (1925-1995) e Clifford Geertz (1926-2006) estabeleceram-se como autores ligados a projetos universitários.

Entretanto, essas posições eram flexíveis dependendo da trajetória de inserção desses estrangeiros que tanto poderiam atuar como burocratas como pesquisadores. Por exemplo, o caso de Edmond Doutté (1867-1926) é destacado pelo o autor, visto o seu plano de residir e de criar cátedras na Argélia, ao mesmo tempo em que conduzia missões pontuais no Marrocos sobre a ótica de um projeto colonialista baseado nas representações coletivas das populações locais no país. Já Jacques Berque era um funcionário colonial com pesquisas voltadas a um projeto meramente acadêmico. Sendo assim, o autor admite no livro que a produção de conhecimento não é um processo imediato conduzido por um sujeito diante de uma realidade meramente objetiva, mas um processo mediado por um sujeito socialmente situado a partir de suas redes interacionais (acadêmicas e políticas) contextualizadas.

Para o autor, os determinantes teóricos seriam fundamentais para a produção de conhecimento sobre a realidade social marroquina orientados pelos conceitos utilizados ou fatos observados por cada um de seus intérpretes. Segundo ele, definir a religião islâmica como um sistema de sobrevivências e de vestígios antigos (Doutté e Westermarck), um sistema central e de funções sociais (Gellner) ou como um sistema de significados e de símbolos (Geertz) tem conduzido a diferentes descrições e interpretações sobre as formas de religiosidade dos marroquinos.

Por último, o conceito de situação etnográfica implicaria fundamentalmente em relações face a face entre os antropólogos e os sujeitos estudados. O conteúdo e a natureza do conhecimento antropológico dependeriam largamente da duração dos trabalhos etnográficos desenvolvidos no país. Mais do que isso, a unidade dos estudos analisados pelo autor buscaria relacionar essas explorações etnográficas com as primeiras especulações sobre a Humanidade diante das situações interacionais atreladas aos aspectos culturais das comunidades observadas.

A quantidade de informações acerca das condições das pesquisas dos intelectuais

escolhidos, que propuseram observar as diversas facetas da realidade marroquina, constituiu-se como um dos pontos centrais ao longo do livro. As minúcias das estadias, missões ou demais projetos universitários são conduzidos por uma narrativa clara e concisa de seus objetivos buscando refletir sobre os pressupostos teórico-metodológicos utilizados pelos quinze autores postos em análise diacrônica. Isso estabelece um panorama amplo das contribuições realizadas por franceses, ingleses e americanos, em fases distintas, em consonância com os processos históricos ocorridos no Marrocos nos últimos 150 anos.

Outro ponto a ser destacado são as análises do autor sobre o período pré-colonial (os protetorados francês e espanhol seriam consolidados em 1912) em decorrência das temáticas investigadas pelos pesquisadores no período, a partir das escolhas dos grupos estudados (árabes ou berberes) no país. O relevante do conjunto dessas observações é que para os primeiros exploradores acadêmicos a ideia de se disfarçar (através do uso de vestimentas judias ou muçulmanas) para testemunhar partes da realidade marroquina partiu da premissa de que haveria uma impossibilidade por parte de um cristão de estabelecer relações com os “nativos”. Para Charles de Foucauld (1858-1916), por exemplo, o uso do disfarce não era a garantia de produzir tais observações e interpretações sobre a vida nativa. Já Edmond Doutté, que viajou o Marrocos entre 1900 e 1909, sentiu-se desconfortável em um país que se encontrava, segundo ele, inóspito para os cristãos. Os relatos da vida nativa e o diálogo com os interlocutores não dependeram somente da observação, mas do controle de impressões (cf. Berreman, 1975) a partir das interações entre pesquisadores e nativos.

Uma das questões desenvolvidas por Rachik é a descrição e interpretação da diferença cultural, da perspectiva de um marroquino, sem o orientalismo (cf. Said, 1990) acadêmico, a partir do diálogo com estudos precedentes e/ou contemporâneos sobre seu país. Essas produções ou narrativas locais buscam alargar a compreensão do ponto de vista dos nativos (cf. Geertz, 1997), visto que as críticas ao essencialismo da Teoria *Interpretativista* inaugurada por Geertz proporcionaram repensar a multiplicidade e complexidade das estratégias dos atores sociais em suas interações. Entretanto, mesmo que se questione a produção desses pressupostos nos pesquisadores estrangeiros, Rachik não explora a recepção dessas ideias no ambiente acadêmico marroquino em formação no mesmo período. Esse *feedback* seria relevante para entender os debates em curso na área das Ciências Humanas do país e a própria constituição do campo sociológico e antropológico por parte das pessoas que se interessaram por tais questões e seus desdobramentos.

A própria produção e constituição acadêmica marroquina se encontra ausente ao longo dos nove capítulos do livro. O desenvolvimento das Ciências Humanas no país con-

densou, ao seu modo, os legados dos autores estrangeiros analisados no livro, uma vez que os modelos tanto teórico-metodológicos quanto críticos estiveram em permanente diálogo com as questões centrais do contexto marroquino, desde a independência do país em 1956, bem como os debates sobre o tipo de nacionalismo elaborado pela monarquia Alauita (dinastia que governa o país desde 1667) ou, ainda, a problemática das interfaces entre política e religião no país.

A reprodução e circulação dos modelos estrangeiros e o impacto real dessas ideias por parte de uma elite intelectual nacional não são contempladas ao longo do livro. Tal demanda poderia elucidar a forma como os orientalismos do campo acadêmico marroquino puderam ser justificados ou meramente reproduzidos sem a menor reflexão crítica.

A descrição de determinadas categorias nativas, como o termo *nisba* associada à noção de pessoa no Marrocos, constituiu até o presente momento a base para a elaboração das teorias vigentes por boa parte da Antropologia Americana. O Marrocos descrito por viajantes, missionários, funcionários coloniais e pesquisadores acadêmicos, ao longo desses últimos 150 anos, proporcionou uma gama de conhecimentos das mais distintas fontes e contribuições teóricas. É a favor do diálogo desses modelos clássicos de se fazer antropologia (a experiência etnográfica dos estrangeiros ao contexto marroquino) e de uma antropologia realizada em casa (*at home* [cf. Peirano, 2008]) que o autor indica uma possibilidade de se fazer mais pelo entendimento da diversidade da experiência humana.

Rachik descreve o antigo problema na lida com os modelos generalizantes que buscam as coerências de seus sistemas culturais e, mesmo, as incoerências a partir do ponto de vista interpretativo, tanto no Marrocos quanto em outros países por onde os antropólogos já realizaram as suas pesquisas etnográficas. Mais precisamente, o conceito de Cultura evocado pela tradição boasiana e de seus discípulos, definido como um conjunto de traços distintivos de uma comunidade (tribo, etnia, povo, nação) é que continua em questão e aberto rumo a novos desafios no país. A ideia de uma configuração geral que organiza e integra de maneira coerente os conjuntos desses supostos traços distintivos foi tentadora em Geertz e seus alunos na década de 1960, mas igualmente reducionista e esquemática da realidade social.

Seria ingênuo por parte das análises posteriores, segundo o autor, criticar os diferentes modelos da cultura no Marrocos sob o pretexto de que eles não refletiriam com precisão o comportamento e as atitudes dos marroquinos. A noção de modelo no mundo das ciências sociais sugeriu, por muito tempo, que ele deveria ser uma síntese de uma realidade e não um instrumento que, em primeiro lugar, torna inteligível e compreensível uma realidade complexa. E é sobre esse plano que Rachik se esforça para examinar e cri-

ticar os diferentes modos de generalização adotados pelos pesquisadores exemplificados em seu livro aos seus esforços de refletir, e porque não de conviver, literalmente, com “o outro”.

Referências

BERREMAN, Gerald. 1975. “Etnografia e controle de impressões em uma aldeia do Himalaia”. In: ZALUAR, Alba. (org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A, p. 123-174.

SAID, Edward. 1990 [1978]. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras.

GEERTZ, Clifford. 1997 [1983]. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.

PEIRANO, Mariza. 2008. *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Recebido em 18 de agosto de 2016.

Aceito em 19 de outubro de 2017.